

A ESCOLA É PARA TODOS OS ALUNOS? COM E SEM DEFICIÊNCIA?¹

Sandra Paula da Silva Batistão

GEPESPP - Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Sociedade e Políticas Públicas: concepções da teoria histórico-cultural / Universidade de São Paulo

professora.sandrapaula@gmail.com

Resumo

Este artigo busca apresentar a pesquisa realizada a partir da análise sobre os limites e as possibilidades dadas pela gestão de política pública para o exercício da ação pedagógica do professor e do professor assessor de educação inclusiva com a finalidade de identificar caminhos que possam compor com o processo de superação do que está instituído no cotidiano escolar. Durante o movimento de investigação os conceitos de Estado, Educação e Educação Inclusiva são tratados a partir dos pressupostos da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural estabelecendo relações entre a ação pedagógica de todos os sujeitos da educação no exercício de suas funções. A unidade de análise na pesquisa é a relação entre a gestão de política de Estado no campo da Educação e todos os envolvidos na construção do processo educacional inclusivo, destacando a função social do professor, do professor assessor e da equipe escolar. Reafirmando o direito de todos à educação, abordam-se os impactos causados pelas demandas advindas dos alunos com deficiência na escola quando essa não assume a diversidade, o conhecimento científico e seus desdobramentos como sendo o ponto central de transformação de uma escola excludente e seletiva em uma escola inclusiva, pois, entende-se que, apesar das tentativas de construção de uma escola inclusiva de qualidade, muitas são as situações de exclusão escolar na sociedade contemporânea. Essa pesquisa, portanto, é composta por um processo de investigação bibliográfica concomitante ao processo de investigação empírica sobre o cotidiano da assessoria em uma escola municipal da cidade de Santo André.

Palavras-chave: Políticas de Estado, Educação, Atendimento Educacional Especializado, Educação Inclusiva.

Introdução

Educação Inclusiva ou Educação para Todos? Essa pergunta esteve presente durante todo o processo de pesquisa, embora não tenha sido desencadeada durante a mesma. No ano de 2002, atuando em sala de aula como professora, essa inquietação já fazia parte de inúmeras outras questões que se manifestavam diante da diversidade dos meus alunos.

O que fazer para ensinar a todos, sendo que as diferenças dos tempos e ritmos de aprendizagem saltavam aos olhos? Como organizar o ensino para que os alunos com

¹ Trabalho elaborado a partir do resultado da dissertação de mestrado intitulada “Educação inclusiva ou educação para todos? Contribuições da teoria histórico-cultural para uma análise crítica da realidade escolar.”, realizada em 2013 sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Eliza Mattosinho Bernardes.

deficiência, com dificuldades de aprendizagem e todos os demais pudessem se apropriar do conhecimento? Como deveria planejar as ações pedagógicas, de forma a incluir a todos os alunos na dinâmica da aula? Os desafios que enfrentava como professora me conduziram à busca de respostas, mas nem sempre as encontrava.

Hoje entendo que este movimento de busca se constituía espontaneamente, pois, pelas condições encontradas no cotidiano escolar, as reflexões ocorriam de forma isolada sendo produtos de reflexões pautadas nas minhas próprias experiências pedagógicas. Experiências que por vezes sinalizavam tentativas bem sucedidas, mas também indicavam equívocos por mim cometidos diante da diversidade dos alunos com os quais trabalhava. Era um processo de busca por respostas com poucas oportunidades de estudo e de compartilhamento de ideias com outros professores, devido às condições e às circunstâncias da realidade escolar. Ainda não compreendia os limites de uma ação pedagógica pautada nos princípios do professor reflexivo².

Baseada na experiência que tive junto aos alunos com e sem deficiência, em 2003, candidato-me a uma vaga e passo a integrar a equipe do CADE (Centro de Atenção ao Desenvolvimento Educacional), exercendo a função de PAEI (professora assessora de educação inclusiva). No exercício dessa função, na itinerância acompanhava o processo de desenvolvimento dos alunos com deficiência, bem como prestava assessoria aos seus professores. É neste período de 2003 a 2010 que meus questionamentos se intensificam, pois passo a lidar diretamente com as expectativas, medos e estranhezas dos professores frente às manifestações advindas dos alunos que apresentavam necessidades educacionais especiais.

Creio que este breve relato sobre meu contato com os desafios advindos da educação que se intitula “inclusiva” não seja muito diferente do que ocorre com grande parte dos professores. Nessa condução, inicialmente, ao elaborar meu projeto de pesquisa, tinha como objetivo analisar o papel desempenhado pelo professor junto ao aluno com deficiência, no entanto, ainda atuando enquanto professora assessora de educação inclusiva, novas possibilidades são criadas em 2011 através da oportunidade de me integrar ao Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Políticas Públicas: concepções da teoria histórico-cultural (GEPESPP), ao qual juntamente a outros integrantes passo a compreender o sentido e o significado de uma coletividade de estudos na formação profissional.

²Em seu livro, *Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?*, Marilda Facci (2004) faz uma análise crítica acerca da teoria do professor reflexivo, demonstrando que essa corrente educacional apoia-se em concepções epistemológicas e pedagógicas que conduzem o ensino ao processo de secundarização.

A partir do movimento de estudos, alarga-se minha compreensão acerca do processo educacional no qual estava inserida. Nesta dinâmica os questionamentos diante das condições concretas da escola transformam-se e o objetivo enquanto pesquisadora passa a ser a busca pela compreensão a respeito dos limites e das possibilidades dadas a partir da gestão de política pública para o exercício da educação inclusiva para que, na continuidade da análise, pudesse apontar caminhos de superação a partir das necessidades desveladas durante a pesquisa.

Tal objetivo é apontado, pois no exercício da função de professora assessora do CADE, sabe-se, que nas experiências do cotidiano da escola são comuns os relatos de queixas sobre os desafios que se apresentam ao professor que, em sala de aula, recebe alunos com deficiência ou se depara com as manifestações dos alunos com dificuldades de aprendizagem. Dessa forma, este estudo problematiza a necessidade da implantação de uma escola que seja de fato para todos, pois muito tem sido discutido sobre a escola inclusiva como sendo aquela que matricula alunos com deficiência na sala regular de ensino, no entanto, para além desta abordagem, busca-se ampliar o conceito de inclusão ao analisar o papel do Estado e das Políticas Públicas de Educação, a função social da escola e suas finalidades.

Metodologia

A investigação é planejada quando, para a análise dos dados, utilizam-se diversos registros realizados durante a assessoria no acompanhamento à escola. Embora outros instrumentos sejam utilizados na coleta dos dados, o instrumento de registro da assessoria é destacado, pois se entende que o mesmo, envolvendo a todos os sujeitos da escola, professora, professora assessora, agente social de inclusão e equipe escolar, indica o movimento dos mesmos frente a ação pedagógica.

Compondo com essa análise, de acordo com Vigotski (1998), entende-se que esta é uma pesquisa em movimento, pois o foco investigativo é multifacetado e complexo, estando dessa forma relacionado a diversos determinantes históricos, culturais e sociais. Nessa perspectiva, de maneira abrangente, investiga-se múltiplos fenômenos no contexto de vida real, especialmente quando os limites entre os fenômenos e seu contexto não estão claramente definidos e precisam ser problematizados historicamente.

Em todas as intervenções propostas, este estudo conduz a análise de múltiplas manifestações da realidade concreta que se apresentam no contexto da educação inclusiva,

direcionando as reflexões a partir do acompanhamento e análise da ação pedagógica do professor e do professor assessor junto aos demais sujeitos da escola.

Dessa forma, esta pesquisa é realizada através do acompanhamento sistemático à equipe escolar e à professora participante da mesma, quando, ampliando os instrumentos de dados, utilizam-se as pautas das reuniões da equipe do CADE e as agendas semanais e mensais da assessoria em consonância com os registros de avaliação da professora assessorada.

Sabe-se que estudar algo historicamente, significa analisar os fatos em movimento e, nesta perspectiva, ao analisar os limites e as possibilidades dadas pela política pública para o exercício da ação pedagógica do professor e do professor assessor no contexto da educação inclusiva, busca-se compreender a materialidade histórica destes sujeitos.

Portanto, buscando compreender as condições objetivas a partir da realidade concreta, buscam-se elementos teóricos que conduzem a analisar a totalidade da realidade pela lógica dialética, ou seja, pela historicidade determinada pelas múltiplas relações estabelecidas entre os sujeitos da escola com a gestão de política pública.

Nessa dinâmica, acredita-se ser possível capturar as intervenções no cotidiano da escola pela observação e pelo movimento do pensamento a partir da reflexão sobre a ação pedagógica do professor e do professor assessor na relação com os demais envolvidos no processo.

Dessa maneira, coloca-se que a base teórica desta investigação teve como princípio a construção do homem enquanto sujeito histórico cultural, quando seu desenvolvimento se dá por múltiplas determinações e pelas sucessivas mediações a partir do seu contexto social.

Nesse alinhamento, tomando como base teórica a psicologia-histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica, foram utilizados diversos procedimentos que permitiram apreender, analisar e compreender as condições dadas ao professor e ao professor assessor frente às suas ações pedagógicas junto ao coletivo da escola.

Indicando o caminho percorrido durante a pesquisa, coloca-se que tendo como referência o objetivo da mesma, iniciaram-se as investigações teóricas problematizando as Políticas de Estado buscando, além de conceituar educação e educação escolar, problematizar tais conceitos relacionando-os às políticas de Estado em educação enfatizando as leis que

asseguram o direito educacional do aluno com deficiência, destacando-se entre eles o AEE - Atendimento Educacional Especializado.

Discussão

Na busca por problematizar a educação e o processo de inclusão e exclusão enquanto produção social apontam-se alguns elementos de aproximação e distanciamento entre os alunos com necessidades educacionais especiais, sendo eles alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, pois decorre que tanto o professor quanto tais alunos se sentem excluídos no processo quando ambos não sabem lidar com as manifestações dos diferentes modos de aprender e de ensinar.

Sobre esse aspecto, Souza (2000, p. 126) colabora afirmando que “no meu educar repercutirão também minhas experiências pessoais: quando comunico meu mundo, contemporaneamente objetivo-me como alguém que já se apropriou desse mundo”.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que processos de inclusão e exclusão se manifestam contraditoriamente no cotidiano escolar, a partir da produção da própria sociedade. Nosella (2005, p. 227) colabora declarando que “a escola não se explica por ela própria e sim pela relação política que mantém com a sociedade”, o que no sistema econômico e político vigente justifica o processo preconceituoso acerca da capacidade intelectual dos alunos oriundos de classes populares.

Nessa direção, sabe-se que no Brasil a exclusão enquanto produção social tem marcado os alunos que são frutos, em grande parte, das populações economicamente desfavorecidas. Portanto, declara-se uma aproximação entre os alunos com deficiência intelectual e os que apresentam dificuldades de aprendizagem, pois estes, na sua maioria, são pertencentes à classe trabalhadora. Tal afirmativa fundamenta-se em Carneiro (1997, p. 132) ao afirmar que “[...] no Brasil, a segregação que tem marcado os alunos considerados excepcionais se associa a toda uma história de exclusão de grande parte das populações marginalizadas”.

Resgatando a história, segundo Carneiro (1997), sabe-se que, enfatizando as diferenças, o coeficiente intelectual classificava os sujeitos a partir de padrões de normalidade estabelecidos e, assim, os que não atendiam a este padrão eram classificados pelos desvios registrados abaixo da média, o que justificava sua inabilidade para fazer parte do sistema

educacional regular. Novamente, tal perspectiva coloca-nos diante de uma aproximação entre os sujeitos com necessidades educacionais especiais; a busca pelo diagnóstico. Diagnóstico justificado pelas condições desfavoráveis de vida dos alunos com ou sem deficiência, o que declara a ineficiência no sujeito a partir das suas próprias produções e a partir da forma como se apresentam à escola.

Em se tratando dos sujeitos sem diagnóstico, sabe-se que estes eram encaminhados para avaliações seletivas e, agregando a isso, Carneiro (1997, p. 130) afirma que “há aqueles que, pelo diagnóstico e prognóstico anunciados por profissionais especializados, são considerados fracassados sem ao menos ter tido acesso à escolarização formal”. Dessa forma, o fracasso escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais se tornou justificável como sendo fruto das necessidades que foram mapeadas e localizadas no próprio indivíduo.

Nesse alinhamento, depara-se, novamente, com aproximação e distanciamento entre os alunos com e sem deficiência: o distanciamento pode ser declarado pelo fato de que o aluno com deficiência possui um diagnóstico (o que não justifica sua condição enquanto aprendiz), enquanto que a aproximação se dá pela incapacidade que é focalizada individualmente no sujeito, sem que seja considerado o seu contexto histórico. Outra aproximação é apontada quando os mesmos continuam constituindo a categoria dos excluídos da escola sem que sejam levados em conta os fenômenos que são viabilizados nas relações que estabelecem com o meio.

Conhecedores da situação de miséria na qual se encontram muitos alunos da escola pública, o que se propõe nesta pesquisa é a busca por reflexões que se objetivem analisar a escola como aquela proclamada pelas leis, como sendo uma escola para todos, no entanto, denuncia-se que no sistema econômico e político vigente a estrutura da escola pública não foi projetada para emancipar a todos os sujeitos que a ela se apresentam, incluindo, nessa estrutura, professores e alunos com ou sem deficiência.

Portanto, ao problematizar a inclusão e a exclusão enquanto produção social, questiona-se até quando a escola se manterá excluindo os seus sujeitos pautando-se num discurso contraditório, pois, na busca por compreender o caráter histórico-cultural, pode-se avançar nas discussões ao menos compreendendo que a deficiência e ou a dificuldade de aprendizagem são, antes de tudo, fenômenos que se apresentam à sociedade como produção social e cultural desta mesma sociedade e que, portanto, não são incapacidades irreversíveis e,

muito menos, que podem ser justificadas como sendo próprias e exclusivas do próprio sujeito. Nesse sentido Omote colabora declarando que:

Mais do que olhar para o deficiente e examiná-lo detidamente para se compreender algo acerca da deficiência, é preciso olhar para a coletividade que o identifica como deficiente, encaixando-o em uma categoria de desviante e tratando-o distintamente. Ninguém é deficiente por si só. Alguém é deficiente perante uma audiência e dentro de determinadas circunstâncias. (OMOTE, 1995, p. 47)

Na condução dessa reflexão, sabe-se que, para compreender na essência a realidade concreta da educação inclusiva, este estudo exige do pesquisador investimento de tempo e pesquisa em loco, pois, segundo Asbhar (2011), estando em contato com os sujeitos participantes e com as atividades relacionadas ao caso, o pesquisador se vê diante da necessidade de reflexão e interpretação sobre o que está em movimento.

Dessa forma, os aspectos dinâmicos da análise podem ser aqui relacionados, pois a unidade escolar, foco da pesquisa, foi alvo do meu trabalho enquanto professora assessora da educação inclusiva nos anos de 2009, 2010 e 2011.

Trata-se de uma EMEIEF – Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizada no município do Santo André que, especificamente no ano de 2011, passa a ser assessorada concomitantemente ao processo de pesquisa de mestrado. Sendo assim, entende-se que nesta escola reflexões foram desencadeadas inicialmente a partir de outro lócus, primeiramente como profissional da educação, o que culminou na sequência, enquanto pesquisadora, quando, estando semanal ou quinzenalmente na unidade escolar, pôde-se acompanhar e coletar os dados durante um ano letivo junto à professora e sua equipe escolar.

A sala na qual a professora participante desta pesquisa estava integrada era composta por 26 alunos, sendo 16 meninos e 10 meninas. Desse total, uma aluna fazia parte da lista de acompanhamento da assessoria do CADE, pois tinha diagnóstico de Síndrome de Down. Se faz necessário clarificar que no decorrer do processo de acompanhamento, tendo como referência o objetivo da pesquisa atrelado à intenção de problematizar o conceito de educação inclusiva de forma abrangente, passa-se a acompanhar o desenvolvimento de um aluno dessa mesma classe que apresentava problemas de comportamento e de linguagem. Esse aluno passa a fazer parte da lista da assessoria; no entanto, sua professora e equipe se tornam alvos da pesquisa, uma vez que, de acordo com o objetivo, no desenrolar das ações pedagógicas,

busca-se compreender os limites e as possibilidades dadas pela política pública para o desenvolvimento do processo educacional inclusivo.

Entendendo que somos sujeitos históricos e que nos encontramos integrados num contexto que nos influencia diretamente, problematizar as demandas que se apresentam à escola frente ao processo educacional inclusivo, permite compreender o cotidiano escolar propondo análises que podem explicar a realidade concreta a partir da sua essência, na objetivação de transformação da mesma.

Como desdobramento das reflexões, na continuidade do estudo, amplia-se o conceito de inclusão, apresentando o mesmo alinhado ao processo de exclusão, seu contexto e significado apontando que no cotidiano escolar da educação inclusiva, as relações estabelecidas se dão de maneira fragmentada, distanciando os sujeitos da possibilidade de compreensão dos fatos na sua essência.

Entendendo que a linha teórica que norteou a pesquisa permite explicar a realidade concreta ao considerar o caráter material da existência humana e a historicidade dos sujeitos a partir da lógica dialética, ao tratar da Investigação na Realidade da Educação Inclusiva, apresenta-se a realidade concreta e os sujeitos no movimento da pesquisa e abordam-se as etapas da ação pedagógica reiterativa e reelaborada indicando que, no processo de transformação de uma etapa à outra, intencionalmente o instrumento de registro do professor assessor é reelaborado de forma a criar condições para que os dados fossem apreendidos em movimento.

Ainda nessa proposição, apresentam-se as condições dadas pela gestão de política pública para o exercício da ação pedagógica do professor e do professor assessor a partir da relação destes com os sujeitos da escola e de todos estes com a gestão da política pública, pois a partir de Tanamachi (2013), sabe-se da necessidade de interpretar a realidade e, para tanto, a exigência é da localização da relação sujeito-objeto buscando compreender como o professor e o professor assessor articulam as ações pedagógicas a partir da gestão da política pública com as necessidades que surgem no cotidiano da educação inclusiva.

Sendo assim, entende-se que esta investigação é resultado de uma série de fatores histórico-culturais que evidenciam as influências do sistema econômico e político vigente que, de maneira intencional e articulada, conduzem a atuação dos sujeitos da educação. Nesse alinhamento reflexivo, busca-se Abramowicz ao declarar que:

[...] a escola tem sido utilizada para tantas coisas, tantas exigências (merenda, campanhas das mais variadas, ensino religiosos etc.) que anda perdida diante de tanta multiplicidade. Tudo isso não teria importância se as professoras não tivessem ficado tão sozinhas no cotidiano: com um salário tão irrisório, com as escolas tão empobrecidas (tanto as que cursaram para se formar, quanto as condições estruturais das escolas que atuam). A escola não tem podido cumprir com tantas tarefas a ela atribuídas, e depositar tantas funções na escola é uma estratégia para que tudo dê errado. A escola tem produzido ‘desertores’ e analfabetos. (ABRAMOWICZ, 1997, p. 166)

Diante da declaração da autora e dos fatos mencionados ao longo da pesquisa, tais influências foram analisadas e apresentadas a partir da categoria da governança do tempo e espaço, da imediatividade das necessidades na realidade concreta e da dimensão tarefaira na ação pedagógica, pois entendendo que essas categorias estão diretamente relacionadas, a partir da condução teórica, as mesmas possibilitariam apreender e clarificar os limites e as possibilidades de atuação dos sujeitos imbricados no processo de educação inclusiva sendo eles professores e alunos. Sobre a relação desses sujeitos, Bernardes colabora ao afirmar que (2012, p. 20) “o movimento de constituição dos professores e de seus estudantes ocorre de forma dialética, ou seja, ambos implicam no processo de transformação da consciência uns dos outros”.

Conclusão

Como síntese do trabalho, aponta-se um conjunto de necessidades que precisam ser implementadas e articuladas pela gestão da política pública de Santo André na condução da superação do que está instituído no cotidiano da educação inclusiva destacando-se a importância de investimento formativo para o fortalecimento da coletividade, a ampliação do quadro de PAEIs e a redução do número de escolas a serem assessoradas pelas mesmas. Indica-se também a necessidade de investimentos no processo de formação de modo que as PAEIs tenham conhecimento profundo acerca das multideterminações presentes entre os sujeitos e o processo educacional. Aponta-se a necessidade de implantação de momentos de estudos nas reuniões pedagógicas semanais pela equipe escolar em parceria com a PAEI na objetivação da apropriação dos conhecimentos teórico-práticos pelo coletivo da escola e a necessidade da adoção de um aporte teórico que pressupõe o homem na sua dimensão histórico e cultural.

Frente às demandas apresentadas pelos alunos com deficiência, a partir da análise sobre as políticas públicas de Estado a nível municipal, aponta-se a necessidade da ampliação da oferta do AEE (atendimento educacional especializado), bem como do seu fortalecimento enquanto política pública que visa contribuir com o desenvolvimento do aluno, para que este seja de fato “incluído” no ensino regular a partir da apropriação do conhecimento.

Entende-se, portanto, que a gestão da política pública local, por intermédio de investimentos financeiros, tem o dever de garantir e acessibilizar esse serviço que, atualmente é oferecido no município de Santo André para uma pequena parcela de alunos.

Diante da busca pela superação ao que está instituído no atendimento educacional especializado oferecido pelo município, indica-se também a necessidade de ampliação e valorização do quadro de profissionais com especialização nas diferentes áreas de deficiência, uma vez que os professores do AEE precisam se integrar pedagogicamente ao coletivo das escolas. Tal necessidade é destacada, pois, a partir desse estudo, entende-se que os profissionais da escola não podem perder a dimensão teórico-prática da sua atuação, o que implica afirmar que a intervenção na realidade escolar só pode ser objetivada pelo trabalho coletivo realizado dentro da própria escola, o que indica a necessidade da criação de condições, a partir da governança de tempo e espaço, para a consolidação do envolvimento dos professores do AEE com as PAEIs e de ambos com os professores das salas regulares, de modo que, em parceria, desenvolvam um trabalho articulado dentro da própria unidade de ensino.

Sabe-se assim, que esta pesquisa desvela alguns elementos presentes na cotidianidade da educação inclusiva e que estes contribuirão com as reflexões acerca da luta pela escola pública de qualidade, apontando que esta, para se tornar verdadeiramente inclusiva, precisa cumprir sua finalidade, sendo ela, a mediação da cultura e do conhecimento elaborado historicamente pelo homem, criando assim possibilidades para o desenvolvimento de todos os seus sujeitos. Fato que só ocorrerá quando o ser humano concreto e histórico for tomado como referência desse processo, cabendo questionamentos como sob qual concepção de educação o sistema educacional vigente quer construir a cultura educacional inclusiva e sob qual percepção essa vem sendo estruturada.

Para finalizar, entende-se que o desencadear de questionamentos a partir desta pesquisa poderá contribuir com a qualidade da ação educativa tanto do professor quanto do seu aluno e de suas equipes. Para instigar a busca, usa-se uma citação de Facci (2004, p. 15),
(83) 3322.3222

que nos direciona a pensar na importância e responsabilidade que nos cabe na continuidade deste trabalho, ao indicar que “o silêncio não é inofensivo. Ao contrário, suas conseqüências são muito penosas e causam muito sofrimento em todos os indivíduos. Não podemos, portanto ficar sem questionar as premissas que são naturalizadas, que são apresentadas como imutáveis”.

Referências

- ABRAMOWICZ, A. Quem são as crianças multirepetentes? In. ABRAMOWICZ, A; MOLL, J. (Orgs.). **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1997. p.161- 172.
- ASBAHR, F. F. S. **“Por que aprender isso, professora?”** Sentido Pessoal e atividade de estudo na Psicologia Histórico – cultural. 2011. 220 p. Tese – Doutorado – Programa de Pós – Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2011
- BERNARDES, M. E. M. **Mediações simbólicas na atividade pedagógica:** Contribuição da teoria Histórico-Cultural para o ensino e a aprendizagem. 1ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.
- CARNEIRO, S. C. A integração de alunos considerados especiais nas redes públicas de ensino. Um olhar Vygotskiano. In. ABRAMOWICZ, A; MOLL, J. (Orgs.) **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1997. p. 127-144
- FACCI, M. G. D. **Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor?:** um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotiskiana / Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- NOSELLA, P. Compromisso político e competência técnica: 20 anos depois. *Educ. Soc.* vol. 26, n.90, p. 223-238. 2005.
- OMOTE, S. A integração do deficiente: um pseudoproblema? **Temas em psicologia**. Ribeirão Preto, v. 4, n.2, p.47-52. 1995.
- SOUZA, M.P.R. A queixa escolar na formação de psicólogos: desafios e perspectivas. In: TANAMACHI, E. R., PROENÇA, M. e ROCHA, M. L. (Orgs). **Psicologia e educação: desafios teórico-práticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p.105-141.
- TANAMACHI, E. R; ASBHAR, F. S. F.; BERNARDES, M. E. M. Teoria, método e pesquisa na psicologia histórico-cultural. In.: SOUZA, M. P. R.; BEATÓN, G. A.; BRASILEIRO, T. (Orgs.). **Interfaces Brasil-Cuba em estudos sobre a psicologia histórico-cultural**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013 (no prelo).
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.